

CIVIL

1. Conceitue poder familiar.
2. No exercício do poder familiar o que de mais importante compete aos pais?
3. Separado judicialmente um casal e conferindo-se a guarda do menor a mãe e o dever de prestar alimentos aos pais a quem compete a escolha quanto a escola que o menor vai estudar? Em havendo conflito na escola quais parâmetros devem ser considerados pelo Juiz na decisão?
4. É válido a cláusula de não indenizar em contrato de transporte de pessoas? Se houver relação de consumo há uma regra específica?
5. Em matéria de responsabilidade civil o que já não pode mais ser discutido tendo em vista sentença penal condenatória transitada em julgado?
6. Defina obrigação.
7. Uma eleição de associação civil um associado intercepta correspondência do outro há prática de abuso de direito?
8. Que fatos sugeridos pela lei dão causa a separação judicial?
9. Quando a validade de um contrato de compra e venda precisam ser realizadas por instrumento público? Feito na forma particular como pode este ser visto?
10. Há regra que diz que em contrato de compra e venda, na dúvida deve ser julgado em favor do comprador. Há hipóteses em que esta regra possa ser invertida?
11. Quais são os absolutamente incapazes pelo CC?
12. Pessoa portadora de deficiência física pode pedir ao Juiz seja-lhe concedido curador especial para prática de atos em seu nome, como por exemplo, paraplégico de família humilde para tratar de questões do INSS?
13. Que atos os sujeitos de direito ou entes despersonalizados, como a massa falida, podem praticar quais atos da vida civil?
14. Que direitos tem a(o) companheira(o) na sucessão de seu convivente?
15. Compromisso de compra e venda pode ter cláusula de arrependimento quando fundada na Lei de Parcelamento do solo? Fundamente.
16. No condomínio Voluntário quem escolhe o administrador e quem pode ser administrador? Quais são os direitos que a lei expressamente prevê ao condômino?
17. O que é uma obrigação "propter rem"?
18. É possível a adoção por escritura pública?

PROCESSO CIVIL

1. No arrolamento fixado em virtude valor em qual hipótese cabe a avaliação de bens?

LFG CONCURSOS

2. Na hipótese de arrolamento sumário previsto pela lei, em quais hipóteses o Juiz pode determinar a avaliação de bens?
3. É possível confissão sobre fato de caráter indisponível, teria valor de confissão? Admitido na contestação Juiz pode dispensar a prova por se tratar de fato incontroverso? Alguém pode dispor de direito indisponível?
4. Como se faz execução de obrigação de não-fazer? E em se tratando de obrigação infungível?
5. Qual a entre impedimento e suspeição? Exemplifique.
6. O réu pode alegar ser parte ilegítima e ao mesmo tempo denunciar a lide a terceiro?
7. Concluída a inspeção judicial como o Juiz a documenta? Pode juntar documentos? Impressões?
8. Quando o Juiz pode indeferir o protesto judicial?
9. Fale sobre oposição. Como são citados os réus para a oposição? E se um deles for revel da ação principal?
10. Na segunda fase da prestação de contas o réu tendo sido condenado a fazê-las e este não o faz. Fazendo assim o autor e entendendo o Juiz que não estão corretas o que deve o juiz fazer?
11. E, ação de compromisso de compra e venda c/c possessória juiz pode aplicar a regra que vige quanto as liminares possessórias? Juiz pode conceder tutelada antecipada neste caso? Pode ser concedida sem tutela expressa?
12. Fale sobre os honorários advocatícios entre denunciante e denunciado, quando: a) julgada procedente a ação e denunciação; b) improcedente ação e prejudicada a denunciação.
13. Em casos de embargos de terceiro cabe condenação em honorários advocatícios com certas peculiaridades ou não. Fale acerca destas peculiaridades.
14. Contestado no prazo, mas não entregando o processo fora do prazo o que deve o Juiz fazer? Cabe a determinação de desentranhamento da mesma nos autos?
15. Que espécie de litisconsórcio se forma entre os opostos?
16. Se uma parte contraditar uma testemunha qual o procedimento a ser adotado pelo juiz? E se a testemunha nega a contradita o que faz o juiz? A quem incumbe a prova? Acolhendo a contradita o que faz o Juiz? O que faz o Juiz se a testemunha se recusa a assinar o termo?
17. A quem compete indenizar ação de nunciação de obra nova? Qual o fundamento? Terceiro outro poderia? O que se entende por obra nova?
18. O depoente pode fazer consulta a escritos durante seu depoimento? Qual a forma que o Juiz deverá proceder neste caso?

19. Inventariante ou herdeiro podem sofrer pena de sonegados por não trazer bens ao inventário cuja situação se encontra no exterior?
20. Em que hipóteses podem ocorrer a nomeação à autoria?

PENAL

1. O que são excludentes de ilicitude? Atinge a tipicidade ou a antijuridicidade? Qual a forma adotada pelo CP?
2. O que é resistência pacífica?
3. O art. 51 do CP menciona que a multa é dívida de valor. Qual o juízo competente para executá-los? A Fazenda Pública executa qualquer valor? E se houverem penas, corporal e de multa cumuladas?
4. Quando é efeito da condenação a inabilitação para dirigir veículo automotor no CP e quando é cabível?
5. Em que prazo ocorre a prescrição da pena de multa imposta cumuladamente com pena corporal?
6. Fale sobre a relação de causalidade.
7. Houve alteração pelo CP de 1984 no que tange o concurso de pessoas?
8. No confronto dos arts. 181 e 183 do CP qual prevalece, p. ex. na hipótese do filho que furta pai para comprar drogas e o pai é sexagenário? Qual a *ratio ecende* desta norma?
9. Fale sobre culpa consciente e dolo eventual. Exemplifique.
10. Fale sobre imputabilidade penal.
11. Nossos Códigos Penais tiveram outras idades penais que a prevista hoje?
12. Fale sobre a teoria da "actio libero in causa". O que significa?
13. A embriaguez voluntária impede a imposição de pena?
14. Fale sobre o *conatus*.
15. A desistência voluntária se refere ao meio executivo ou ao propósito executivo?
16. Qual a diferença entre arrependimento eficaz e posterior? Qual a consequência?
17. O crime de omissão de socorro tem resultado naturalístico na conduta do agente? Como é punido?
18. Os crimes omissivos próprios admitem tentativa?
19. Analise o art. 24 da Lei Maria da Penha.
20. A prestação de caução provisória guarda qual relação com a violência doméstica?
21. Fale sobre concurso de infrações penais.
22. Há distinção quanto ao crime continuado quanto às hipóteses dos crimes praticados por violência e grave ameaça? Como fica neste contexto a súmula 605 do STF? Por que foi feita esta súmula?

23. Como se aplica multa em caso de concurso de crimes?
24. O que é resistência passiva?
25. Com relação ao exame criminológico pode ser este feito face o art. 102 da LEP?

PROCESSO PENAL

1. Com o comparecimento espontâneo de autor de crime a autoridade policial cabe prisão em flagrante? Cabe outros tipos de prisão?
2. Quais os prazos para inquérito policial previstos no CPP para réu preso e réu solto? E na hipótese da nova lei de tóxicos? E nos crimes de competência da Justiça Federal? Estes prazos podem ser aumentados?
3. Qual o prazo para oferta de denúncia de indiciado solto? E preso? E na nova lei de tóxicos? E se crimes eleitorais?
4. O art. 54 da Nova lei de tóxicos não distingue réu preso de réu solto. O art. 48 entende que se aplica subsidiariamente o CPP. Você entende que deve ser aplicada a distinção do CPP?
5. O que é corpo de delito?
6. O que é flagrante impróprio ou quase-flagrante? A perseguição pode ter interrupção? É possível que tendo sido iniciada pela vítima seja continuada a perseguição pela autoridade policial?
7. É possível a prisão administrativa?
8. Existe a possibilidade de prisão não decretada pelo Poder Judiciário?
9. Como se procede Às providências da lavratura de prisão em flagrante?
10. Em caso de flagrante MP recebe alguma comunicação das justiças independentes?
11. Na hipótese de Senador ou Deputado que comete crime são as respectivas casas órgãos *judicandi*? Qual o papel da deliberação por eles realizadas em caso de crime doloso contra a vida p. ex.? Faz-se comunicação ao judiciário ou só a casa?
12. O que é carta de seguro do direito luso que influiu nosso ordenamento?
13. Quem pratica fato acobertado por excludente de ilicitude pode ser preso em flagrante? Qual o argumento para lavratura ou não do auto? O que fazer para que não seja presa a pessoa segundo orientação de Frederico Marques, Tourinho e Marrey?
14. Como é contado o prazo para interposição de Ação Penal Privada Subsidiária? Qual seria ele?
15. A quem é dirigida a representação nas hipóteses de Ação Penal Pública Condicionada? Pode ser tomada por termo?
16. O requerimento para instrução de inquérito policial pode ser tomado por termo?
17. O MP pode investigar?

LFG CONCURSOS

18. Fale sobre foro especial por prerrogativa de função. Foro privilegiado é mesmo do que foro por prerrogativa de função? Considerados o art. 84 do CPP e a Súmula 394 do STF qual orientação prevalece hoje? É vantagem ter foro especial? O que pode ser objeto de recurso em foro especial? Quem o aprecia?
19. O que são provas novas para Inquérito Policial?
20. Com relação ao emprego de algemas há regulamentação quanto a matéria?
21. Fale sobre prisão especial. Ela dura até o fim do cumprimento da pena? É necessário fazer distinção quanto àqueles que trabalharam na Justiça Criminal? Qual a *ratio ecende*? Advogados tem direito a prisão especial,?
22. Houve modificação do art. 295 do CPP?
23. Preso que tem direito a prisão especial pode ser algemado e jogado no camburão ausentes ameaça de fuga e perigo?
24. A regulamentação de algemas reclamada na LEP deveria ser por lei federal, mas não veio. Há outra regulamentação presente em nosso ordenamento?

CONSTITUCIONAL

1. Fale sobre a tutela do consumidor a luz da norma Constitucional.
2. O que é cláusula de conteúdo programático?
3. Quais são os pressupostos da Medida Provisória? É possível sua apreciação pelo Poder Judiciário?
4. Editado enunciado de súmula vinculante poderá ser esta revista? Seria decisão a ser tomada pela maioria das turmas da Corte?
5. Norma de competência exclusiva do executivo objeto de emenda parlamentar pelo legislativo, há inconstitucionalidade? Formal ou material? Viola qual princípio?
6. No direito eleitoral consagra-se o princípio de reparação por dano moral? Em qual situação?
7. O município conta com legitimidade para propor edição, modificação e cancelamento de súmula vinculante?
8. Os titulares de serventias notariais estão sujeitos à aposentadoria compulsória de 70 anos? Sob qual fundamento? Há entendimento diverso? As EC 20/98 e 41/03 alteraram o entendimento sobre a compulsoriedade?
9. É possível *habeas data* para discutir-se prova discursiva para preenchimento de cargo em Administração Pública?
10. Há previsão legal deste remédio?
11. É possível a equiparação de espécies remuneratórias? Como se explica a vedação constitucional?

12. Ato regulamentar está sujeito ao controle de inconstitucionalidade?
13. É viável o seqüestro de verbas públicas na hipótese de precatório emitido? Qual a natureza desta medida?
14. É possível a fixação de multa cominatória em Mandado de Segurança? Qual é a natureza desta obrigação?
15. É possível propositura de Ação Civil Pública com base em controle difuso de inconstitucionalidade de lei? Fundamente.
16. Quando se exclui o exercício da Ação Civil Pública?
17. Explique ação de investigação eleitoral.
18. Cabe medida da decisão judicial que contrariar súmula vinculante?

ADMINISTRATIVO

1. Constitui ato de improbidade contratação de servidor público ainda que não ocorra prejuízo? O ato de improbidade se caracteriza a partir de qual momento?
2. Qual seria a ação adequada para apenação de um ato de improbidade?
3. Quais as conseqüências de um acolhimento desta ação?
4. Em Mandado de Segurança o que se entende por teoria da encampação? Encampa em que termos? Qual extensão?
5. Prevalece o direito de estabelecimento de produtos farmacêuticos tendo em vista ato administrativo que pratica a comercialização de outros produtos que não farmacêuticos? Cabe remédio judicial em favor do estabelecimento? Qual?
6. Instaurado processo administrativo ao caso de estabelecimento como Febem é possível a imposição de pena de multa?
7. A responsabilidade objetiva de concessionária de serviço coletivo se estende aos não usuários deste serviço?
8. Quais as relações jurídicas existentes entre eles?
9. No que consiste a hipótese excepcional da contratação de trabalho temporário?
10. Suspensão preventiva do servidor tem caráter de punição? Vigem a responsabilidade segundo a ciência da verdade sabida? Qual a sua natureza jurídica?
11. Sanção ainda em administrativa não pode ultrapassar o autor do fato. O que acarreta a não observância do princípio da proporcionalidade no procedimento administrativo? A que se sujeita este ato?
12. O Município tem competência para regulamentar o exercício do comércio ambulante nas ruas da cidade? Através de que instituto/forma?
13. O que é permissão?

14. É possível conciliar o art. 37, §5º da CF com a vedação de penas perpétuas do art. 5º do CP?
15. Ausência de decisão judicial com trânsito em julgado torna nulo o ato demissório mediante procedimento administrativo? Há hipóteses de decisão penal que influam na esfera administrativa?
16. Pode ser deferida a guarda de menor para tio materno para fins de amparo e convênio médico? Em quais casos?

TRIBUTÁRIO

1. Considerando a baixa d taxa de produto considerado não essencial, qual o princípio do direito tributário que repousa sobre a questão? Fale sobre ele.
2. Fale sobre o princípio da não-afetação.
3. No que consiste o lançamento? Qual sua natureza?
4. O que é prescrição intercorrente? Há previsão legal?
5. O que é exclusão do crédito tributário? Quais as modalidades?
6. No que consiste o princípio da afetação em matéria tributária?
7. O que significa o princípio da legalidade?
8. O que é isenção fiscal? Distinga-a da não-incidência.
9. Que tipo de lei atribui isenção fiscal?
10. O que é anistia fiscal?
11. O que é princípio da seletividade?
12. O que é capacidade contributiva? E o princípio da capacidade contributiva?
13. Que condições específicas deve preencher a Lei Complementar para concessão de isenção?
14. Como se classifica a isenção quanto ao prazo de vigência? E conforme o número de contribuintes?
15. Como se distingue contribuinte do responsável tributário?
16. O que é isenção objetiva e subjetiva?

COMERCIAL

1. Qual a diferença entre mandato e comissão mercantil?
2. Que tipo de matérias não podem ser objeto de acordo de acionistas?
3. O que é letra de câmbio?
4. Qual a diferença de Marca Coletiva e Marca de certificação? O que são? Quem as explora?

LFG CONCURSOS

5. Em qual hipótese de direito cambiário pode ocorrer uma prisão administrativa? Fundamente.
6. Quais os efeitos que podem ser decretados pelo Juiz em hipótese de pedido de recuperação de empresa extrajudicial?
7. Quais os requisitos necessários para se requerer recuperação judicial?
8. Há decisões que não obedecem a formalismos outras não. Em quais hipóteses devem estas formalidades ser obedecidas?
9. De que maneira um determinado acionista pode fazer valer o que foi convencionado no acordo de acionistas? Por qual instrumento?
10. Quando acionistas se reúnem em assembléia para garantia dos acionistas quanto ao acordo qual a precaução que estes podem tomar?
11. O que é estabelecimento Comercial?
12. O que é patente de invenção?
13. O que é modelo de utilidade?
14. Em assembléia de acionistas quais os tipos de matérias que podem ser objeto de deliberação? O que seria objeto da assembléia geral extraordinária? Em quais casos exige-s que a matéria seja deliberada em Assembléia Geral?
15. O que é teoria do "ultra vires"? É ainda aplicável no Direito Brasileiro?
16. Qual o único instituto de propriedade industrial que não tem prazo?
17. O que são Debêntures? O que as diferencia das partes beneficiárias? Qual o órgão que delibera sobre sua emissão?
18. Sociedade por quotas em que há divergência quanto a uma determinada questão como se define considerando que 50% é de uma família e 50% é de outro alguém?
19. Qual o órgão responsável para deliberar sobre emissão de debêntures?
20. Em matéria de compra e venda quais títulos de créditos podem ser emitidos por comprador e vendedor?
21. Quais os empresários parcialmente excluídos do regime falimentar?
22. Quais atos constituem abuso de poder econômico? O que é monopólio?
23. Em que hipótese procedimento administrativo de concessão de patente verifica-se a intervenção da ANVISA?
24. Quais os deveres impostos aos membros do Conselho de Administração de uma empresa?
25. Quais os tipos de sinais distintivos existentes no ordenamento brasileiro?
26. Qual a diferença entre marca e título do estabelecimento?